

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: MARCOS MUNDIAIS E NACIONAIS

CHIARELLI, M. C.¹

Palavras-chave: Educação especial. História. Métodos.

INTRODUÇÃO

O trabalho retrata o surgimento da educação especial, sucintamente, sua origem na Europa até a chegada ao Brasil, bem como os avanços desta modalidade de educação, os métodos utilizados ao longo da história para ensinar pessoas com deficiência.

OBJETIVO

Pesquisar os marcos históricos da educação especial, em nível mundial e nacional, assim como os métodos utilizados, por meio de revisão bibliográfica.

METODOLOGIA

Essa pesquisa buscou destacar o viés histórico da educação especial, por meio da revisão bibliográfica, com estudos fundamentados em livros e artigos científicos sobre a área pesquisada, respeitando a cronologia entre o surgimento da educação especial no mundo e seu surgimento no Brasil.

DESENVOLVIMENTO

Mazzota (2001) relata que até meados do século XVIII as noções de educação especial eram praticamente inexistentes, não havia uma preocupação social com a instrução educacional para o público com deficiência, devido à difusão de conceitos pautados na espiritualidade, uma vez que as instituições religiosas apoiavam-se em percepções místicas como, por exemplo, o fato do homem ter sido

¹ Maria Clara Chiarelli. Acadêmica do 8º semestre do curso de Pedagogia. Faculdade de Apucarana – Fap. Apucarana – Pr. 2022.

criado à imagem e semelhança de Deus, sendo o mesmo um ser perfeito e sem falhas, assim, os que possuíam estas incapacidades eram considerados imperfeitos e, portanto, não sendo a imagem e semelhança de Deus, os mesmos eram segregados e postos à margem da sociedade, perpetuando visões hoje consideradas capacitistas, uma vez que este público carregava uma realidade irreversível, sendo assim, não havia muito o que se pudesse fazer por eles. Quando o contexto social se tornou um pouco mais favorável ao surgimento de discussões a respeito da educação especial, homens, mulheres, estudiosos e portadores de deficiência ou não, começaram a refletir sobre possíveis metodologias a fim de difundir conhecimento a este público (MAZZOTA, 2001).

Esta preocupação educacional iniciou-se na Europa difundindo-se, de maneira mais tardia, para outros países a exemplo do Brasil. Até o século XIX, nomes como pedagogia emendativa, pedagogia curativa e pedagogia da assistência eram termos utilizados para se referir à educação destinada às pessoas com necessidades educacionais especiais. De fato, o primeiro estudioso que trouxe algum discernimento, a respeito desta modalidade da educação, foi Jean-Paul Bonet em sua obra intitulada “Redação das Letras e Arte de Ensinar os Mudos a Falar”, a obra revela que a primeira instituição destinada à educação da pessoa surda foi criada por Charles Michel de L’Épée em 1770, o qual teve um papel fundamental, já que este foi o idealizador do método de sinais, este método tinha como intuito completar a gama de símbolos já existente no que se refere ao alfabeto, inserindo também neste método, a capacidade de perceber objetos que não podem ser diferenciados através do tato ou dos outros sentidos.

Para Sasaki (2003), quando usamos o termo “mudo” nos referimos à pessoa surda ou com deficiência auditiva, segundo o autor, nem todo surdo é mudo, tudo depende da gama de fatores envolvidos, ou seja, a surdez depende do nível em que a mesma está inserida podendo existir os níveis total ou parcial, ainda deve-se salientar que o termo mais correto a ser utilizado é “pessoa surda”.

Ainda são citadas outras figuras importantes que deixaram sua marca na relação e busca pela representatividade das pessoas surdas, dentre elas, está Charles Barbier um oficial do exército que após a sua visita ao Instituto Nacional dos Jovens Cegos, fundado na França no ano de 1784 por Valentin Haüy, baseou em uma tática utilizada durante a guerra para transmitir mensagens no campo de guerra sem atrair atenção e sem o uso de luz, tal ferramenta utilizava pequenos relevos

protuberantes ou pontos que transmitiam 36 (trinta e seis) tipos diferentes de som que correspondiam aos sons mais simples da língua francesa. Em 1829 essa ferramenta de Barbier, foi atualizada por Louis Braille, tal atualização gerou o que hoje é conhecido como “Código de Braille”, um código de comunicação até hoje utilizado pelos cegos (SASSAKI, 2003).

Mazzota (2001) descreve que o primeiro a sistematizar um método para educação do deficiente intelectual foi Itard, o qual desenvolveu a reeducação do menino Vítor também conhecido como “selvagem de Aveyron”, que recebeu esse nome porque Vítor foi achado vivendo em uma Floresta, por volta do ano de 1800. Em 1801, Itard publicou suas anotações a respeito da tentativa de instrução do mesmo, o que acabou se transformando em uma obra literária intitulada “O Primeiro Manual de Educação de Retardados”. Por meio destas análises Itard obteve algum progresso, por mais que seja considerado pequeno ainda assim houve uma evolução, pois ele conseguiu que o menino Vítor lesse algumas palavras.

Segundo Miranda (2004) estas tentativas de educação desenvolvidas pelos estudiosos anteriormente citados, próximas ao século XIX, foram essencialmente voltadas às deficiências mentais que estavam inseridas em instituições isoladas do contato social. Consta-se que estes primeiros meios foram criados com foco de curar esse público, buscando deste modo retirar estes sujeitos da sociedade com a justificativa de que a educação era um meio de eliminar as deficiências.

Com esta pequena retrospectiva histórica damos início às discussões a respeito do surgimento da temática deficiência no contexto brasileiro, apresentando suas primeiras tentativas concretas, com foco no período histórico a respeito da educação de deficientes no Brasil.

Segundo Mazzota (2001) as primeiras tentativas educacionais no Brasil foram idealizadas a partir de inspirações dessa prática educacional nos países europeus, tais tentativas começaram a ser efetuadas no país no século XIX, sendo consideradas iniciativas privadas, as quais ocorreram devido ao interesse de alguns estudiosos pelo tema “a educação das pessoas com deficiência” ou “pessoas com necessidades educacionais especiais”.

Durante sua efetivação, assim como nos países europeus, a educação desse público recebeu vários nomes, dentre os mais utilizados foram: educação de deficientes, educação dos excepcionais ou educação especial, este último utilizado até os dias de hoje. Os trabalhos da educação especial em solo brasileiro iniciaram

em setembro 1854, por Dom Pedro II, com o decreto 1.428, onde o governo imperial fundou, na cidade do Rio de Janeiro, o “Imperial Instituto para Meninos Cegos”.

Tal iniciativa, segundo Mazzota (2001), foi devido a grande atuação de José Álvares de Azevedo, que foi um aluno do instituto fundado em Paris por Valentin Haüy, o fato deu-se porque este modelo de educação apresentou um grande êxito no processo de instrução de Adélia Sigaud, a qual era filha do doutor José Francisco Xavier Sigaud médico da família imperial, e graças novamente aos esforços de José Álvares de Azevedo o qual despertou no ministro do Império o interesse pelos serviços do instituto. No dia 17 de setembro de 1854 o instituto foi inaugurado e para dirigi-lo foi designado o doutor José Francisco Xavier Sigaud. Outro marco importante do início da educação especial no Brasil foi a fundação do Instituto Benjamin Constant, no dia 24 de janeiro de 1891 pelo decreto 1.320. A participação de Dom Pedro II foi muito importante nesse contexto histórico, em relação à educação especial, também foi em seu governo que ocorreu a criação do “Imperial Instituto de Surdos-Mudos”, esse instituto foi criado pela Lei nº 839, em regime de internato e recebia apenas meninos (MAZZOTA, 2001).

Respeitando a ordem cronológica, este fato ocorreu três anos depois da criação do instituto Benjamin Constant. Consta-se também que em 1957 passados 100 anos da fundação do Instituto dos Surdos-Mudos, este passou a ser nomeado por Instituto Nacional de Educação de Surdos. Esta escola atendia pessoas surdas de 7 a 14 anos de idade, oferecendo em sua grade educacional oficinas de encadernação e de tricô para as meninas entre outros serviços, que eram diferenciados de acordo como os sexos masculino e feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram evidenciados os principais fatos históricos, protagonistas e seus métodos, relatando os principais progressos da prática da educação especial no mundo e no Brasil. Sendo assim, por meio desta pesquisa, buscou-se trazer, de forma sucinta, informação e reconhecimento sobre o surgimento desta modalidade educacional, a educação especial.

REFERÊNCIAS

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. História, deficiência e educação especial. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 15, p. 1-7, 2004. Disponível em: www.histedbr.fae.unicamp.br. Acesso em: 27 jul. 2022.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Terminologia sobre deficiência na era da inclusão**. [2003]. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/TERMINOLOGIA_SOBRE_DEFICIENCIA_NA_ERA_DA.pdf?1473203540. Acesso em: 28 jul. 2022.